

## CAPÍTULO 2

---

**DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO: as mudanças sociais na construção de novas relações.**

As questões acerca do desenvolvimento e da modernização do Nordeste rural semi-árido são construídas em meio às várias discussões que envolvem historicamente disputas políticas e econômicas, marcando intensamente sua constituição territorial.

O desenvolvimento capitalista tem por base um amplo processo de racionalização das forças produtivas e das relações sociais, chegando a opor-se às forças tidas como tradicionais na medida em que busca fazer prevalecer sua representação do mundo. Porém, modernizar, trazer para o centro do processo aqueles que se encontram à margem do modelo urbano industrial, não significou um rompimento por completo com o modo de vida tradicional, nem tão pouco a criação de uma oposição entre essas duas visões.

Remeter a tais relações quando se fala de semi-árido nordestino não é um equívoco. O Estado brasileiro, juntamente com os diversos movimentos sociais, acaba por protagonizar esse processo abrindo os caminhos para o interior através, principalmente, da elaboração e implementação de projetos e políticas, promovendo um desenvolvimento que representou, acima de tudo, mudanças no campo social. Não significando, entretanto, maior nível de equidade social e equilíbrio econômico, aqui pensado em termos de distribuição de renda e qualidade de vida.

O território semi-árido emerge agregado a uma estrutura fundiária concentrada nas mãos de uma elite que também detém o poder político, alicerçado em um sistema de exploração do trabalhador rural muitas vezes comparado ao feudalismo, mas que se operacionaliza sob a lógica capitalista.

Em meio a esse processo, buscamos discutir no presente capítulo os diversos projetos que compuseram o cenário para a instalação do processo de modernização do Nordeste rural semi-árido, apresentando os elementos que nos auxiliam na compreensão do PEASA enquanto mecanismo de difusão de um desenvolvimento local alicerçado na racionalização das estruturas sociais e produtivas.

## **2.1 Sociedade moderna e desenvolvimento: um novo projeto, antigas questões.**

A noção moderna de desenvolvimento surge historicamente agregada a emergência da própria sociedade capitalista, num momento histórico que se vislumbra como a solução para os males humanos de então o modelo capitalista de uma sociedade urbano industrial.

Fatos como a introdução da máquina, o surgimento das novas classes sociais, a reviravolta dos valores tradicionais, a emergência de novas formas de racionalização da vida, colocam no centro da sociedade novas necessidades, principalmente de compreensão sobre o impacto que tudo isso iria causar nas relações e estruturas sociais. Tocqueville (*apud* Martins, 1995) caracteriza as impressões que a revolução social de então provocou em seus contemporâneos da seguinte forma:

A revolução segue seu curso: a medida que vai aparecendo a cabeça do monstro, descobre-se que, após ter destruído as instituições políticas, ela suprime as instituições civis e muda, em seguida, as leis, os usos, os costumes e até a língua; após ter arruinado a estrutura do governo mexe nos fundamentos da sociedade e parece querer agredir até Deus; quando esta mesma Revolução expande-se rapidamente por toda parte com procedimentos desconhecidos, novas táticas, máximas mortíferas, poder espantoso que derruba as barreiras dos impérios, quebra coroas, esmaga povos e - coisa estranha - chega ao mesmo tempo a ganhá-los para a sua causa; à medida que todas estas coisas explodem, o ponto de vista muda. O que a primeira vista parecia aos príncipes da Europa e aos estadistas um acidente comum na vida dos povos, tornou-se um fato novo, tão contrário a tudo que aconteceu antes no mundo e, no entanto, tão geral, tão monstruoso, tão incompreensível que, ao percebê-lo, o espírito fica como que perdido. (TOCQUEVILLE *apud* MARTINS, 1995, p. 25-26)

Esse processo, classificado por Giddens (2000) como o “*deslocamento do sistema social*”, ainda hoje busca novas rupturas que constituem um movimento de constantes fragmentações internas e surgimento de novos modos de sobrevivência, principalmente do capital, a exemplo da reestruturação produtiva<sup>14</sup> que vem ocorrendo desde a década de 1970 (HARVEY, 1989). Marx e Engels (2000:20) nos trazem uma reflexão acerca desse movimento referindo-se a ele como um

(...) permanente revolucionar da produção, o abalar ininterrupto de todas as condições sociais, a incerteza e o movimento eternos (...) todas as relações fixas e congeladas com seu cortejo de vetustas representações e concepções, são dissolvidas, todas as relações recém-formadas envelhecem antes de poderem ossificar-se. Tudo que é sólido se desmancha no ar (...).

Apesar de hegemônico, esse movimento não provocou um rompimento por completo com o modo de vida tradicional. Trouxe sim, uma nova forma de pensar, produzir, trabalhar, uma nova perspectiva de família, de educação e principalmente uma forma nova de se pensar o humano. A economia capitalista passa a comandar, em grande parte, a dinâmica desse processo, percebendo-se muitas vezes que parte da sociedade acaba por caminhar para o lado oposto à referida economia, fazendo os diversos modos de vida distanciarem-se, aproximarem-se e confundirem-se no movimento da história, o que, de acordo com Bourdieu (1979), é:

(...) Relativamente reduzida tanto no capitalismo recente como na sociedade capitalista avançada, a discordância entre os *habitus* e as estruturas da economia é nesse caso tão grande quanto possível. Por não se transformarem no mesmo ritmo das estruturas econômicas, disposições e ideologias correspondentes as estruturas econômicas diferentes, ainda atuais ou já caducas, coexistem na sociedade global e por vezes nos mesmos indivíduos. (BOURDIEU, 1979, P.16)

O capitalismo instaura-se, portanto, como modelo único a vigorar perante os Estados-nação, principalmente depois do fim da Guerra Fria e do mundo socialista,

<sup>14</sup> Uma nova roupagem assumida pelo capitalismo na tentativa de reestruturar-se diante das mudanças sociais, causando uma flexibilização produtiva e de investimento de capital, afetando inclusive o mercado de trabalho através da instabilidade e do surgimento da prestação de serviço (HARVEY, 1992).

colocando no centro da questão o crescimento econômico enquanto solução única para problemas como a desigualdade social. Porém, esse crescimento, muito usado como sinônimo de desenvolvimento, produz uma economia profundamente desregulada que busca à custa de muitos manter-se viva, mesmo que esses muitos permaneçam a margem. As discrepâncias desse movimento, de acordo como Morin (2002), mostram que a “necessidade” desenfreada por crescimento econômico,

“(…) desde o século XIX, foi não apenas motor, mas também regulador da economia, fazendo aumentar simultaneamente a demanda e a oferta. Mas ao mesmo tempo destruiu irremediavelmente as civilizações rurais, as culturas tradicionais. Ele produziu melhorias consideráveis no nível de vida; ao mesmo tempo provocou perturbações no modo de vida” (MORIN, 2002:66).

O modelo social de crescimento econômico e com ele o de desenvolvimento da humanidade sempre se mostrou fragmentado, contraditório e inconstante. Diversos momentos da história mostram sua falência, como no período das duas grandes guerras mundiais, nas quais diversas nações avançadas “regrediram” (principalmente européias como a Alemanha). A “racionalização” das condutas econômicas, ponto central do processo de desenvolvimento na visão de seus defensores, encontraria como obstáculo central a herança cultural, a qual o homem das sociedades pré-capitalistas estaria atrelado, conseguindo converter-se ao mundo moderno através tão somente de um comportamento econômico racional, prevalecendo assim a conduta do chamado *homo economicus* (BOURDIEU, 1979).

O crescimento econômico e seu processo constante de racionalização aparecem como saída única para toda e qualquer dificuldade humana, deixando clara a face unilateral desse projeto – o modelo **urbano industrial do ocidente**, o qual, em nome do “progresso” humano passa, na maioria das vezes, por cima da tradição, da natureza e das ideologias arraigadas no “arcaísmo” tido como inimigo do homem em desenvolvimento

(FEATHERSTONE, 1996). A compreensão, portanto, desse processo de adaptação à dinâmica da economia capitalista passa diretamente por uma análise que supõe;

(...) um conjunto de conhecimentos transmitidos pela educação difundida ou específica, ciências práticas solidárias a uma *ethos* que permitem agir com razoáveis probabilidades de sucesso. É assim que a adaptação a uma organização econômica e social tendendo a assegurar a previsibilidade e a calculabilidade exige uma disposição determinada em relação ao tempo e, mais precisamente, em relação ao futuro, sendo que a “racionalização” da conduta econômica supõe que toda a existência se organiza em relação a um ponto de fuga ausente e imaginário. (BOURDIEU, 1979, p.18-19)

Morin (2002) afirma que o discurso que sempre predominou sobre o que ele chama de “desenvolvimento tecno-econômico” gira em torno de dois aspectos básicos: 1. O mito global no qual as sociedades industriais no ápice do seu progresso reduziriam suas desigualdades, difundindo entre os indivíduos o máximo de felicidade e bem-estar social; e 2. A concepção de que o crescimento econômico é a mola mestra do todo desenvolvimento social, psíquico e moral.

Esse modelo ignora claramente questões de âmbito cultural, social, territorial, geo-ambiental dentre outras, vislumbrando na esfera econômica o “milagre” da “aldeia global”. Podemos classificá-lo como desenvolvimentista na medida em que suas limitações e falhas são mostradas pela própria história. O projeto da modernidade não conseguiu levar a todos o “desenvolvimento” que pretendia, principalmente por ter se mostrado insensível às riquezas culturais das sociedades tradicionais.

A necessidade de se repensar o desenvolvimento agregado à cultura - matriz em constante evolução de sentimentos e modos de vida específicos, o lugar do qual se representa o mundo - coloca-o na dimensão do movimento, da mudança. Torna-se então inconcebível crer que o homem novo pode nascer despojando-se subitamente da pele do homem velho, na medida em que a tradição parece sobreviver ao moderno, convivendo em alguns casos de forma relativamente harmoniosa (HERMET, 2002). É necessário

substituir essa idéia dualista para poder se pensar o desenvolvimento como processo de “mudanças estruturadas”:

A essas mudanças Elias chama de processos sociais. O foco nesses processos sociais permite apreender a constituição das instituições e formações sociais que não foram nem pretendidas nem planejadas por qualquer indivíduo ou grupo singular. As mudanças estruturadas de longo prazo, segundo Elias (1994, 1997) ocorrem em duas direções principais: a uma maior diferenciação e integração ou a uma menor diferenciação e integração. Esses processos são complexos e as mudanças podem ocorrer em direções opostas, simultaneamente numa mesma sociedade (...) E, ainda, as continuidades, assim como as rupturas, fazem parte dos processos sociais. (COELHO et alii, 2006, p.05)

A diversas rupturas e continuidades ocorridas no processo social que envolve o projeto de modernização da sociedade acabam por incentivar novas formas de se pensar o desenvolvimento, umas inclusive radicais, agregando uma série de conceitos e nomenclaturas que, em geral, dificultaram e embargaram o desenvolvimento construído a partir de um projeto coletivo. Poderíamos levantar aqui diversos exemplos para ilustrar tal processo, porém, vamos nos deter rapidamente aos conceitos de Ecodesenvolvimento e de Desenvolvimento Sustentável.

O enfoque do Ecodesenvolvimento surge na década de 1960 assumindo uma base alternativa de planejamento e gestão distanciando-se de uma visão estritamente economicista e/ou estadista, hegemônica diante da dinâmica evolutiva das sociedades modernas (VON BERTANFFLY *apud* BUNGE, 1980). Esse enfoque percebe como causa central da crise ambiental a má regulação das dinâmicas de desenvolvimento socioeconômico, a partir das quais não se realiza uma avaliação profunda do impacto sócio ambiental diretamente provocado.

Diante disso, o Ecodesenvolvimento constitui-se como “nova ideologia sócio-política” densa em conhecimento científico de ponta, na qual o fundamento axiológico é agir rápido no foco das causas dos desequilíbrios, possuindo, para tanto, quatro critérios de avaliação normativa (BUNGE, 1980):

1. Prioridade ao alcance de finalidades sociais (satisfação de necessidades básicas – materiais e intangíveis – e a promoção da equidade);
2. Prudência ecológica;
3. Autonomia (ou *self-reliance*); e
4. Viabilidade econômica.

Essa perspectiva enfrentou resistências, sem falar nas diversas críticas recebidas quanto a sua relação com a dimensão econômica. Nesse ponto, seu quarto critério de avaliação normativa – *Viabilidade Econômica* – propõe um rompimento para com a lógica mercantil, valorizando as produções locais para atender às demandas de consumo também locais, vendo no Estado o regulador das dinâmicas relacionadas à demanda social, à oferta de bens e serviços e às questões modernizadoras.

As resistências e críticas a esse enfoque possivelmente sugeriram na medida que sua proposta torna-se “utópica” (TONNEAU: 2004): *primeiro* porque seria difícil romper radicalmente com a lógica mercantil vigente, pois afinal vivemos numa sociedade capitalista na qual a espinha dorsal é o lucro, proposta dificilmente aceitável pelas grandes potências; *segundo*, não é possível manter iniciativas locais voltadas para dentro, pois, local/global não é uma dicotomia; e, *terceiro*, a dinâmica neoliberal a partir da queda do *Welfare State*, afasta cada vez mais o Estado de sua função reguladora do mercado, inclusive, diminuindo sua responsabilidade política frente às demandas sociais, não lhe permite mais assumir um papel tão decisivo diante do desenvolvimento.

Seguidamente a essas discussões, e diretamente influenciado por elas no que se refere à introdução da relação desenvolvimento e meio ambiente, em 1983, a pedido da Assembléia Geral das Nações Unidas para investigar as condições do meio ambiente e do desenvolvimento no mundo, foi composta a Comissão *Brundtland*. Em março de 1987 a referida comissão publica seu relatório sob o título “**Nosso Futuro Comum**”, contendo

uma exaustiva lista de ameaças ao equilíbrio do meio ambiente, citando pela primeira vez o conceito de **Desenvolvimento Sustentável** (GUERRA et alli, 2002).

A perspectiva de um desenvolvimento sustentável assume então a missão de redefinir a relação entre meio ambiente e desenvolvimento, propondo um programa global de mudanças que atenderiam às necessidades das gerações atuais sem comprometer àquelas das gerações futuras (TONNEAU, 2004). Em outras palavras:

Desenvolvimento sustentável é aqui definido como um padrão de transformações econômicas estruturais e sociais (i.e. desenvolvimento) que otimizam os benefícios sociais e econômicos disponíveis no presente, sem destruir o potencial de benefícios similares no futuro” (GOODELAND e LEDOC *apud* FERNANDES, 2003: 147).

(...) deve ser levado em conta as seguintes metas e objetivos básicos: a taxa de consumo de recursos renováveis não deve ultrapassar a capacidade de renovação dos mesmos; a quantidade de rejeitos produzidos não deve ultrapassar a capacidade de absorção dos ecossistemas; recursos não renováveis devem ser utilizados somente se puderem ser substituídos por um recurso equivalente renovável” (FENZL *apud* FERNANDES, 2003: 147).

Diversos outros conceitos poderiam aqui ser elencados, porém os acima citados aproximam-se mais da proposta construída em *Nosso Futuro Comum*. Por outro lado, a aplicabilidade dessa “nova” concepção de desenvolvimento pode apresentar algumas contradições em sua construção, a exemplo da proposta de frear o desenvolvimento via manutenção de um sistema de produção gerador de exclusão social, alicerçado na justificativa de preservação do meio ambiente. Mas que, por outro lado, não deveria intervir no modelo de desenvolvimento até então adotado pelos países desenvolvidos e, principalmente, não interferir nos seus modos de vida e padrões de consumo. Um exemplo que nos ajuda a entender essa questão é a recente preocupação que a China tem causado ao mundo, principalmente por se pensar no potencial mercado consumidor de automóveis que é esse país em desenvolvimento, agregado à quantidade de poluentes que o mesmo pode vir a emitir na atmosfera; por outro lado, nada se questiona acerca da

negação dos EUA em assinar um acordo de diminuição da emissão dos mesmos poluentes.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável construído pela Comissão *Brundtland* ainda apresenta, de acordo com Fernandes (2002), algumas incongruências teórico-práticas das quais destacamos as seguintes:

- 1) A idéia de *sustentabilidade* é retirada do campo das ciências biológicas – tido como a busca da durabilidade dos ecossistemas no tempo. Sua utilização, mesmo levando em consideração os aspectos biológicos da espécie humana, não abarca os aspectos contraditórios do mundo social. O marco teórico do Desenvolvimento Sustentável não relaciona problemas ambientais aos sociais, comprometendo a questão das desigualdades e com ela a proposta de equidade;
- 2) Esse novo modelo distancia-se de uma crítica às formas de apropriação da natureza a partir do capitalismo, negando a ética da competição e do lucro imediato crescente como mecanismos de uso indevido dos recursos naturais;
- 3) Esse conceito tido como novo modelo de desenvolvimento transparece ser muito mais uma proposta de gestão, controle e monitoramento dos recursos naturais constituído diretamente pelos países ocidentais do norte;
- 4) A dificuldade de conciliar crescimento econômico e sustentabilidade dos ecossistemas, principalmente pela incapacidade de gerenciar áreas de nichos ecológicos. Um exemplo é a impossibilidade de impedir por completo o desmatamento e o contrabando de madeira nobre da Floresta Amazônica que tem como um dos principais compradores o Japão, país em amplo processo de crescimento econômico; e,

- 5) A fragilidade da idéia de contemplar as necessidades das gerações futuras sem combater os problemas sociais das gerações atuais, como os decorrentes das desigualdades entre nações e entre seus pobres e ricos.

A criação de “novos” modelos de desenvolvimento, como os acima citados e seus problemas teórico-práticos, demonstra a dificuldade de encarar a questão do crescimento econômico frente aos problemas que afetam a humanidade como a desigualdade e a exclusão social. Talvez o entrave esteja em pensar sempre adiante sem considerar experiências passadas, buscando criar algo novo sem repensar o que já existe e como funciona, como um ciclo que se repete constantemente.

A experiência tem mostrado ser infrutífero buscar novas formas, modelos ou fórmulas de desenvolvimento sem deixar de lado o equívoco de se perceber crescimento econômico e desenvolvimento como sinônimos, de que modernizar significa o rompimento de um suposto conflito entre o moderno e o arcaico. Faz-se necessário, portanto, refletir aqui a caracterização desses conceitos como parte integrante de um complexo processo social que, desestrutura, estrutura, cinde, funde e/ou reforça, relações sociais. Em outras palavras, refletir o projeto de modernização social e seu alcance, na medida em que modernizar implica, em linhas gerais, mudanças radicais nos diversos modos de vida.

## **2.2 A Modernização do Nordeste Semi-Árido: Que projeto é esse?**

Os conceitos de desenvolvimento, crescimento econômico e modernização sempre estiveram relacionados quando se trata de refletir acerca da sociedade capitalista, sua dinâmica e sua expansão.

O pensamento econômico neoclássico teve forte influência no processo de modernização brasileira, assumindo características muito específicas devido à peculiaridade da economia nacional e seu desenvolvimento, encontrando dessa forma pontos de convergência e de divergência com relação ao papel do Estado na economia - de um lado os que negam um mercado livre diante das condições de uma economia dita subdesenvolvida, e de outro os que defendem a liberdade de mercado como princípio fundamental.

De modo geral, quando os neoclássicos usam o termo “moderno” referem-se diretamente à utilização de tecnologias e inovações nas técnicas de produção, estando diretamente ligados à formulação de políticas públicas que reflitam tal pensamento, o que não é diferente quando se trata da agricultura (MONTENEGRO e SANTOS, 1994).

Em relação ao Nordeste do Brasil, para uma compreensão mais ampla do seu processo de modernização, é necessário remeter a estrutura produtiva que surgiu no século XIX, quando da decadência da produção agrícola desenvolvida na faixa litorânea. Nesse ínterim, o semi-árido, também conhecido como sertão, entra em cena tendo dois perfis: de um lado, a pecuária e o cultivo do algodão em grande escala pelos latifúndios; e, do outro, o cultivo de gêneros alimentícios pelo grande número de minifúndios, estes sendo compostos de trabalhadores vinculados às grandes fazendas e ao mesmo tempo assumindo o papel de produtores autônomos em nível de subsistência.

Nesse contexto, prevalece a tendência pelo aumento de uma produção agrícola comercializável, com o apoio de subsídios estatais e baseando-se na própria cultura local exportadora, em detrimento do incentivo a produção de gêneros alimentícios, provocando assim, o nascimento de uma estrutura que submeteria a região à ameaça de fomes periódicas. O exemplo da seca de 1877-79 que, provocando o descortinar de um Brasil “arcaico”, subdesenvolvido e, em alguns casos, anárquico, trouxe o governo para o centro

do conflito tornando-o fator decisivo na construção da conjuntura regional, fato muito pontual e que não acompanhou as diversas fases do desenvolvimento do país (Andrade, 1988).

Inicia-se assim, um amplo processo de modernização do Nordeste, no qual o Estado faz com que o ideal do moderno chegue tanto às cidades quando ao semi-árido rural nordestino e sua agricultura:

O Estado pode ser destacado como o grande agente protagonista desse movimento modernizador, através da concessão de recursos para a instalação e consolidação da industrialização no campo. As políticas públicas passaram a ser direcionadas para facilitar o processo de acumulação de capital na agricultura. Estas políticas tiveram, como base, o crédito rural de custeio e investimentos, com taxas de juros reais negativas, além de longos prazos de carência. A maior parte desses investimentos foi destinada aos grandes e médios produtores, transformando a terra em um ativo rentável para a mobilização de capital tanto como forma de angariar recursos como com fins especulativos (AQUINO E SANTOS, 2002).

O governo federal passa a desenvolver seu plano em duas vertentes: um projeto hídrico em favor da pecuária e, em instâncias últimas, da agricultura; e, um plano emergencial que impedisse os deslocamentos demográficos em função da seca, em fim, a ação governamental acaba por reforçar o *status quo* (FURTADO, 1989). Essas duas perspectivas criam por um lado, ações como as “frentes de trabalho” e, de outro, intervenções maiores como políticas públicas que dão origem a órgãos específicos de combate à seca, como quando da instauração do IOCS, do IFOCS e, posteriormente, do DNOCS, sem deixar de lado a importante ação da SUDENE.

Esses órgãos serviram como instrumento direto do projeto estatal de modernização para o Nordeste semi-árido. Baseado inicialmente na associação clima/desenvolvimento, o referido projeto agregou à estrutura hidráulica uma série de outras obras, como a das estradas (CARVALHO, 1988). A presença do Estado em localidades distantes seja por meio dessas obras ou pela instauração de órgãos públicos, permitiu as elites locais uma compreensão mais ampla da cultura e da economia

camponesa. Por outro lado, na medida que o DNOCS passa a ser controlado por técnicos ligados às oligarquias regionais, seu objetivo modernizador passa a ser desviado, ocorrendo a manipulação de verbas para interesses próprios, a exemplo da construção de açudes nos grandes latifúndios impedindo o acesso da população local.

A década de 1950 pode ser destacada como um divisor de águas no tocante a compreensão que se tinha do Nordeste e seu desenvolvimento. O foco inicial do governo federal em modernizar por meio da **infra-estrutura**, a exemplo da reorganização da agricultura do Vale do São Francisco acompanhado da produção de energia elétrica e da exploração de recursos minerais, acaba sendo abalado pela seca de 1952 (ANDRADE, 1988).

O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)<sup>15</sup>, criado pelo governo Kubitschek, procurou desenvolver uma visão mais ampla acerca da região e sua crescente pobreza. Um dos questionamentos centrais girou em torno do porquê a região Nordeste já foi a mais desenvolvida durante o Brasil colônia e encontrava-se estagnada. A conclusão que se chegou é que sua atual condição não estava diretamente relacionada às peculiaridades climáticas (principalmente as do sertão), mas que uma série de distorções vinham ocorrendo em seu processo de desenvolvimento, principalmente quando se tem dados que comprovam que as populações das áreas úmidas eram mais pobres que as do semi-árido (ANDRADE, 1994).

A necessidade de uma reforma institucional no Nordeste foi um ponto de reflexão enfatizado pelo GTDN. A transformação na base econômica requer, segundo o grupo, um amplo processo de modernização das bases institucionais em função de um projeto sócio-econômico. Nesse pacote, a implantação de uma indústria e de uma agricultura

---

<sup>15</sup> O GTDN foi influenciado pelo estudo desenvolvido pela Assessoria Econômica da Presidência da República – AEPR, publicado em novembro de 1953 sob o título de “Planejamento do Combate às Secas” (Santana, 1996: 73).

modernizadas estaria atrelada, também, à modernização do setor público tido como grande impulsor de tudo (Santana, 1994).

O relatório desenvolvido pelo GTDN, intitulado “*Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*”, consta de quatro capítulos, sendo os três primeiros relativos ao diagnóstico do Nordeste e o quarto a proposta de um plano de ação.

Dentre os pontos apresentados no citado relatório, Lima (1994) destaca os seguintes:

- O crescimento/estagnação do Nordeste dependeu por muito tempo do setor externo, mercado voltado para exportação;
- A ação compensatória do Estado na melhoria do bem-estar social é importante na substituição desse mercado externo;
- É preciso empreender na diversificação econômica via industrialização (a monocultura de exportação limitou o mercado interno); e
- Simultaneamente à industrialização é necessário expandir também a fronteira agrícola e da irrigação.

Para o grupo a principal via de acesso a modernização e conseqüentemente ao desenvolvimento do Nordeste era a **industrialização**. A proposta central do grupo ia além do investimento em infra-estrutura como vinha fazendo o governo, o projeto de modernização da região muda de perspectiva na medida em que também visualiza uma certa autonomia da população local diante do amplo processo de desenvolvimento, algo que ia além do público atingindo principalmente as iniciativas individuais, aqui representadas pelo empresariado local.

Também como proposta do grupo é criada, em 1959, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), tendo como principais atribuições: 1. A planificação regional; 2. O controle dos investimentos do Governo Federal no Nordeste; 3. Supervisionar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste; 4.

Supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos Federais ou Regionais; e, 5. Coordenação de programas de assistência técnica no Nordeste.

A SUDENE assume, durante seus primeiros anos de funcionamento, um amplo espaço no tocante a oferta de infra-estrutura, destacando-se frente ao projeto hídrico conduzido pelo DNOCS, demarcando assim, seu lugar como instituição promotora de uma modernização para o Nordeste. Porém, com o golpe militar de 1964, inicia-se um processo de desvio das razões para as quais a SUDENE foi criada (GOMES, 1994). O governo militar busca conduzir-se por caminhos opostos aos traçados pelo GTDN e a SUDENE, por exemplo, ao utilizar os subsídios em apoio à pecuária para o PROÁLCOOL, acabando por reforçar a estrutura fundiária da região ampliando, inclusive para o agreste, a produção da cana-de-açúcar, opondo-se a proposta de diversificação agropecuária do GTDN (ARAÚJO, 1994).

A proposta inicial de uma política de industrialização do Nordeste defendida pelo Grupo baseava-se no reconhecimento dos desníveis regionais de desenvolvimento, objetivando criar um sistema de “auto-propagação” por meio de duas estratégias: 1. Reorganizar as indústrias tradicionais da região e, 2. Modificar a estrutura industrial com a instalação da indústria de base. A industrialização do Nordeste acontece, mesmo timidamente, mas, os caminhos são diferentes dos planejados pelo GTDN: a industrialização ocorre por capital do Centro-Sul com o agravante de ser subsidiado pelo SUDENE - o capital privado termina por emigrar amplamente para outras regiões.

O papel do estado, principalmente depois do golpe militar, é determinante para o fracasso da SUDENE e do plano de ação do GTDN. O reformismo esbarra diretamente no arquivamento da proposta de uma mudança na estrutura fundiária. Nesse processo, pode-se perceber também que a própria política de desenvolvimento adotada pelo

governo agravava o problema (Santana, 1994), os mecanismos tributários diferenciados e sempre em favor do Sudeste-Sul acabavam por enfatizar as discrepâncias regionais, inibindo-se o processo de desenvolvimento do Nordeste. O governo ainda afirmava gastar mais na região do que arrecadava, o que, por meio de um olhar mais aprofundado, percebia-se que o referido gasto só aumentava na época de estiagem.

No Nordeste, como no resto do país, o Estado enquanto construía barragens para gerar energia, deslocava enormes contingências populacionais cuja sobrevivência era duramente afetada com a mudança. Enquanto patrocinava a modernização de novas atividades, promovia o desaparecimento de outras, como o fez com a pecuarização no agreste, inviabilizando a policultura e atingindo os pequenos produtores, que emigraram para as cidades, por exemplo. Enquanto subsidia fortemente a instalação no Nordeste de filiais dos grandes oligopólios industriais, realiza um modesto programa de apoio à micro e pequena empresa.

Enquanto promovia o crescimento da produção, destinava insuficientes recursos para a saúde, a educação, a habitação popular, o saneamento. A "dívida social" cresceu, enquanto o desempenho econômico do Nordeste acompanhava e até superava a média nacional. Mas essa foi a marca geral da ação do Estado brasileiro nas últimas décadas, em todo o país. (ARAÚJO, 1994:194)

Por outro lado percebe-se que o Estado ajudou a montar pólos de desenvolvimento que acabavam por conviver com estruturas locais decadentes, perdendo entre as décadas de 1980 e 1990 esse papel desenvolvimentista, seguindo a onda do neoliberalismo que vem se instaurando desde a década de 1970. O Nordeste, nesse movimento, não tem ficado muito atrás nas taxas de desenvolvimento, chegando em alguns momentos a superar as taxas nacionais (Quadro II).

**Quadro II – Brasil e Nordeste: Taxas de crescimento do PIB - 1960/90**

PERÍODOS	BRASIL	NORDESTE
1960-70	6,1	6,0
1970-80	8,7	8,7
1980-90	1,6	4,0
1960-66	4,6	5,2
1967-73	11,1	6,9
1974-80	6,7	7,4
1981-83	-1,4	2,9
1984-86	7,8	11,2
1987-89	1,6	2,6
1989-90	-4,0	-2,8

FONTE: BRASIL (IBGE) E NORDESTE (SUDENE)

A influência do governo sobre a SUDENE, e conseqüentemente sobre a não concretização dos planos do GTDN, atingiu diretamente o Nordeste, conduzindo um conjunto de políticas e intervenções que não tiveram impactos positivos sobre a região (ANDRADE, 1988). Como exemplo desse contexto temos o caso do *POLONORDESTE*, do *Projeto Sertanejo* e do *Projeto Nordeste*. O primeiro, baseado na teoria dos pólos de desenvolvimento, pretendia fortalecer os pequenos e médios produtores não conseguindo, porém, uma atuação inovadora tanto econômica como socialmente; o segundo, desenvolvido a partir da seca de 1970 e dentro de uma política assistencialista, visava transformar os pequenos negócios agrícolas em empresas voltadas para o mercado externo, o que provocou um aumento do capital do produtor mas uma profunda dependência em relação a produtos básicos oferecidos a preços elevados; já o último exemplo, visando levar crédito e assistência técnica ao pequeno e médio produtor, acabou fracassando devido ao gerenciamento político-ideológico conservador.

O GTDN foi de suma importância na construção de um projeto modernizador para o Nordeste, ampliando a visão sobre o processo de desenvolvimento da região, apesar de deixar de fora do seu diagnóstico a questão fundiária e a construção de novas institucionalidades. Depois dos quase 50 anos do seu relatório, várias das questões levantadas encontram-se ainda atualizadas e influenciando os discursos locais. Sua “doutrina” foi

(...) um grande sucesso pela influência que teve e continua tendo entre os acadêmicos e planejadores. As políticas que nela se fundamentaram, entretanto, não tiveram os frutos esperados. **Por outro lado** (grifo nosso), os paradigmas não se estabelecem apenas por causa do esforço intelectual ou político de um conjunto de pessoas. Resultam de um processo de transformação social que muitas vezes acontece à revelia dos governantes ou das elites intelectuais. Quando existe consciência, contudo, de que um processo de transformação social se encontra em andamento, é possível por meio de um amplo esforço intelectual, político e de participação, exercer influência sobre esse processo e explicitar, e até mesmo influenciar, o novo paradigma. (MAGALHÃES, 1995, p. 420)

Além da industrialização proposta pelo GTDN, a agricultura nordestina sempre esteve em foco quando se fala em modernização, principalmente por ser o Nordeste a região a possuir 50% da população rural do país (INCRA/FAO, 2000).

A visão que se tem da agricultura passa por duas fases na história moderna do Nordeste: **1.** Final do século XIX e início do XX com a renovação do parque industrial nordestino ela é considerada um entrave ao progresso, principalmente por não fornecer matéria-prima suficiente para abastecer a indústria; e **2.** A partir da década de 1960 ela passa a ser vista como mais uma alternativa no caminho do “progresso”, servindo principalmente como geradora de insumos para a indústria em crescimento e de alimentos ao país, consolidando-se mais uma vez a preferência por uma cultura extensiva nos moldes do agronegócio<sup>16</sup>(ANDRADE, 1979).

A introdução da agricultura no mundo moderno extrapola o nível de políticas públicas, tendo sua base na transformação das técnicas de produção, um discurso que tende a buscar uma resposta “técno-política” aos problemas sócio-políticos da agricultura (MONTENEGRO e SANTOS, 1994). Essa solução técno-política influenciou a criação de uma série de políticas públicas geradoras de iniciativas governamentais fomentadoras do projeto de modernização, dentre eles destaca-se o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965 com o objetivo de fornecer empréstimos para compra de equipamentos e insumos agrícolas. O SNCR beneficiou, sobretudo, os grandes e médios produtores rurais, causando em última instância, uma dependência tecnológica para com insumos industriais<sup>17</sup>, objetivo do já referido projeto modernizador que se instaura por definitivo na década de 1970.

---

<sup>16</sup> Negócio agropecuário desenvolvido em grande escala.

<sup>17</sup> A Revolução Verde marca esse período com a valorização da agricultura em larga escala e usuária assídua de insumos químicos industriais.

A agricultura brasileira, e conseqüentemente o semi-árido nordestino, com uma tradição de monocultura extensiva de exportação, vê-se agora, principalmente com o aumento demográfico das cidades acompanhado das duas crises de abastecimento ocorridas durante os períodos de 1951-54 e de 1958-59, como responsável pela segurança alimentar do país, além de continuar com seu papel de geradora de divisas, acumulação de capital e fornecedora de mão-de-obra.

Os efeitos desse processo são diversos, principalmente quando pensamos a estrutura fundiária do Nordeste desde o Instituto das Sesmarias<sup>18</sup>, bem como ao constatarmos que as políticas governamentais excluem os pequenos produtores e que:

(...) com a consolidação do modo de produção capitalista, no campo brasileiro, ocorre um processo de separação do trabalhador de seus meios de produção. Estabelece-se assim, a subjugação real do trabalhador ao capital. Os trabalhadores passam a ser substituídos por máquinas e outros insumos industriais, passando a ser marginalizados e ter suas condições de trabalho precarizadas. (AQUINO e SANTOS, 2002, p.138)

Andrade (1998) afirma que o fato mais importante no meio rural é representado justamente por essa contínua proletarização do trabalhador rural que, agregado ao avanço do modo de produção capitalista no campo, processando-se graças às facilidades de financiamento às grandes propriedades com expansão horizontal das culturas, fazendo desaparecer as pequenas áreas cultivadas pelos trabalhadores sem terras. Dessa forma, as políticas de modernização agrária no Nordeste semi-árido voltam-se à produção em larga escala como a mais rentável, somando-se a proletarização do trabalhador rural como única alternativa viável, em detrimento de uma agricultura camponesa baseada na pequena propriedade familiar e multifuncional.

---

<sup>18</sup> O Instituto das Sesmarias, através do qual se doavam terras a colonos a fim de que as cultivassem, e que em Portugal foi muito útil para retirar das mãos dos nobres latifundiários grandes áreas que possuíam condições de produzir e que se encontravam ociosas, não teve, no Brasil, igual utilidade, na medida em que as terras eram cedidas a parentes de amigos da nobreza portuguesa (ANDRADE, 1979, p.20).

O processo acima tem como reforço direto à alta concentração de terras que, no caso do semi-árido nordestino, já foi definida a partir do período colonial e encontra-se ainda hoje em ampla expansão. Essa estrutura fundiária é o elemento central quando se trata de pensar o desenvolvimento no semi-árido, pois, diferentemente do que o discurso hegemônico difunde, não é clima o fator determinante da atual condição sócio-econômica dessa região, mas, a referida estrutura que é responsável pela vulnerabilidade à seca, a qual perde seu estatuto apenas de fenômeno climático e assume também sua faceta social.

Esse projeto de modernização é excludente em sua raiz, não permite o acesso a terra, ao crédito, portanto, ao desenvolvimento equitativo da sociedade rural. Em linhas gerais, não tem proporcionado melhorias das condições de vida no campo nem aumentado, com isso, as possibilidades de permanência do homem no meio, mas, por outro lado, tem incentivado o empobrecimento dessa sociedade e a degradação do meio ambiente.

### **2.3 A terceira via de modernização do Nordeste rural semi-árido: o PEASA na expansão de um novo modelo.**

O desenvolvimento no Nordeste é marcado por vários modelos de modernização, como descrito acima, destacando-se o papel do governo com o investimento em infra-estrutura e posteriormente na industrialização como alternativa apregoada pelo GTDN. A partir da década de 1990 uma maneira diferente de visualizar o desenvolvimento da região emerge juntamente com o discurso de “convivência com o semi-árido”: o desenvolvimento localizado com investimento em capital social, na valorização da qualidade de vida e na inclusão social.

Esse novo cenário serve como pano de fundo para o surgimento do PEASA. Um programa de extensão criado para promover um desenvolvimento localizado para o semi-árido, dentro de uma perspectiva de investimento no potencial produtivo via implantação da lógica do *agribusiness*.

O diagnóstico que o PEASA faz do semi-árido lhe serve de justificativa para implementação de um amplo projeto de racionalização das estruturas sociais e produtivas. Segundo esse diagnóstico a região semi-árida aparece estagnada pela falta de sinergia, organização política, tecnologia e pouca mobilidade social, estando fadada ao subdesenvolvimento. Um diagnóstico muito próximo ao realizado pelo GTDN:

A fazenda das áreas mais áridas do Nordeste não contou com um estoque inicial de técnicas agrícolas e, sendo uma constelação de minifúndios, sem nenhuma capacidade de acumulação (...) fechou todas as portas ao investimento no fator humano, o que explica sua estagnação secular (...) A passividade da população, sua inaptidão para organizar-se na ação política, seu profundo sentimento de insegurança, levando-a a buscar proteção, contribuíram para implantar o imobilismo social e a estagnação econômica. A rígida hierarquia social e o monopólio da informação em mãos de poucos explicam a arrogância e o autoritarismo da classe dirigente. Assim, o ecológico, o econômico, o social e o político se entrelaçaram para produzir o duro cimento em que se alicerçou o subdesenvolvimento do Nordeste. (FURTADO, 1989, p.23).

O PEASA chega a conclusões quase idênticas as do GTDN, porém, sua proposta já não se direciona à demanda por industrialização da região. Ele segue a linha que o próprio DNCS (antes adepto do “combate à seca” e do investimento em infra-estrutura), passa a seguir: a convivência com o semi-árido. Conviver significa, nesse processo, uma mudança de comportamento tido como vulnerável, diminuindo o risco às adversidades que a inevitabilidade do clima provoca.

As mudanças de comportamento implicam aqui em modernização que, para o programa, estaria atrelada a um amplo processo de racionalização das estruturas produtivas e sociais. Esse processo é aplicado através do *agribusiness* voltado a construção do empreendimento comunitário, o qual é desenvolvido a partir das vocações produtivas locais e de uma produção especializada.

Em linhas gerais, o PEASA segue um modelo de modernização para o semi-árido influenciado por uma série de características: a perspectiva de convivência com o semi-árido; a produção de tecnologia social; a racionalização das estruturas produtivas e sociais e a prática do empreendedorismo comunitário; refletindo um tipo de desenvolvimento localizado e modernizador. Essas e outras características do programa serão discutidas e aprofundadas nos capítulos que seguem.

---

## CAPÍTULO 3

---

**O Programa de Estudos e Ações para o Semi-árido (PEASA): uma experiência de extensão universitária.**

---

A preocupação em atender as demandas sociais como resposta aos investimentos feitos na universidade, não foi uma necessidade que sempre acompanhou a história desta instituição. Antes do movimento de democratização, a universidade servia exclusivamente a elite, formando os líderes que iriam comandar a sociedade, reproduzindo uma instituição voltada para dentro.

A partir de um complexo processo de abertura, que a princípio incluía apenas o ensino, a extensão universitária passa também a servir como instrumento de democratização da universidade assumindo, enquanto terceira força ao lado do ensino e da pesquisa, o papel de transmissora do conhecimento, prestadora de serviços e/ou intervencionista.

Nos EUA, já a partir de 1860, essa idéia de funcionalidade da academia expressava-se por meio da chamada *extensão cooperativa* ou *rural* e *extensão em geral*, marcando um desejo de ilustrar os populares a partir da prestação de serviços enquanto esforços do Estado.

No Brasil a antiga Universidade de São Paulo, em 1911, aparece como pioneira no desenvolvimento da extensão universitária. Encontrando-se ligada à Universidade Popular objetivou a promoção de cursos e debates abertos que, por outro lado, apresentavam temas discrepantes com relação a realidade social.

Na América Latina a extensão é marcada por sua intensa relação com os movimentos populares, a exemplo do movimento de Córdoba em 1918, buscando uma

relação universidade/social operacionalizada por uma extensão que promova a difusão da cultura (Ribeiro, 2000).

A extensão universitária brasileira acaba, portanto, por abarcar grande influência tanto das universidades populares européias - que objetivam disseminar o conhecimento produzido entre o povo, quanto da extensão americana - voltada à prestação de serviços.

Um modelo que inclui a transmissão de conhecimento, a prestação de serviços e um tipo de intervenção que almeja mudar o contexto social é o que vem sendo praticado pelo PEASA<sup>19</sup>. O referido programa, ao trabalhar a produção de tecnologia social, a consultoria como prestação de serviço e as capacitações como disseminação de conhecimento acadêmico, busca construir um modelo intervencionista muito peculiar, um modelo misto de extensão universitária voltado para uma intervenção direta no contexto social.

Ao desenvolver a perspectiva de extensão universitária desenvolvida pelo PEASA através de uma análise geral sobre extensão universitária, buscaremos apresentar também no presente capítulo o momento histórico que serve de ponto de partida para a elaboração e implementação de seus projetos, passando, principalmente, por uma análise de sua metodologia.

### **3.1 Extensão Universitária: a academia na construção do desenvolvimento social**

A idéia que se tinha de universidade por volta da década de 1940, dentro de uma tradição ligada à ideologia alemã aqui representada por Karl Jaspers (*apud* SANTOS,

---

<sup>19</sup> Apesar de manter um vínculo direto com a Pro-Reitoria de Extensão da UFCG, não estando diretamente ligado a nenhum curso de graduação ou pós-graduação, o PEASA tem sido dirigido e influenciado diretamente pelos cursos do Centro de Ciência e Tecnologia – CCT, a exemplo de Engenharia Agrícola.

1996), voltava-se para uma missão tida como “eterna”, na qual a universidade era um espaço onde uma determinada época podia cultivar a “lúcida consciência de si própria” dentro de uma concessão cedida pelo Estado e pela sociedade, tendo seus membros o objetivo único de buscar a verdade somente por amor à verdade. As críticas relacionadas a esse pensamento não iam muito longe, destacando como papéis da universidade a transmissão de cultura, o ensino de profissões, a investigação científica e a educação de novos homens de ciência (SANTOS, 1996).

O apelo a uma maior funcionalidade da academia vem acompanhado, a partir da década de 1960, pelo movimento de “democratização”, quando se percebe que diversas pressões sociais acabam por abalar essa “imutabilidade” dos objetivos da universidade, passando a vigorar como seus fins principais o ensino, a investigação e a prestação de serviços (SANTOS, 1996). Na prática esse processo pode ser percebido no contexto da Europa, da qual destacamos o exemplo da Itália que, em 1969, criou por lei um modelo ainda hoje vigente que ficou conhecido como *universidade aberta ou de massa*, ampliando em grande número o acesso de alguns estudantes que, em raras exceções, adentravam à universidade sem exame seletivo; refletindo também, nos EUA, através da prestação de serviços tanto no meio urbano como no rural.

(...) o apelo à prática, teve, a partir dos anos sessenta, uma outra vertente, de orientação social e política, que consistiu na inovação da “responsabilidade social da universidade” perante os problemas do mundo contemporâneo, uma responsabilidade raramente assumida no passado, apesar da presença crescente desses problemas e apesar da universidade ter acumulado sobre eles conhecimentos preciosos. (SANTOS, 1996, p. 205)

Esse apelo por uma prática que refletisse a vivência de uma responsabilidade social concretiza-se por vias diversas, dentre elas destaca-se a *Extensão Universitária* que, geralmente, é citada como a terceira “força”, ao lado do ensino e da pesquisa. Estimulada a partir dessas experiências americanas e européias, essa “nova” função social da universidade expressa-se inicialmente pela prestação de serviços, na qual, atenta-se

para a necessidade de uma relação mais profunda entre universidade e sociedade, antes realizada exclusivamente por meio do ensino e da pesquisa. Porém, essa possibilidade de concretização do conhecimento produzido academicamente, partia ainda de um campo ideológico, propondo sempre ações que partiam unilateralmente da universidade, desconsiderando-se, por outro lado, que “(...) *as diferenciações do ‘tecido social’, composto de várias classes, interesses, perspectivas, saberes, parecem surgir, nessa relação sociedade-universidade, ações sobre a própria universidade*” (MELO NETO, 1996, p.10).

No Brasil, já em 1922, era desenvolvida pela Escola Agrícola de Lavras a produção do jornal *O Agricultor*, instrumento de disseminação de informações técnicas objetivando influir no “aproveitamento inteligente” das riquezas naturais, com interação direta com seus leitores a partir da secção de cartas-resposta. Seguindo essa perspectiva, em 1926, a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa, Minas Gerais, oferece assistência técnica aos agricultores (NOGUEIRA, 2005).

A importância desses acontecimentos passa pela revelação de um interesse por parte da população desprovida em elevar-se “culturalmente” faltando, porém, maior organicidade filosófica e centralização cultural por parte dos extensionistas. Nessa interação Gramsci (*apud* MELO NETO, 1996, p.10) afirma que “(...) *tinha-se a impressão de que eles se assemelhavam aos primeiros contatos entre mercadores ingleses e os negros africanos: trocavam berloques por pepitas de ouro*”. Em outras palavras, esse “servir”, além de ser a transmissão de um saber dominante, permitia uma maior compreensão do modo de vida da classe trabalhadora.

A partir dessa influência européia diversas compreensões foram desenvolvidas sobre extensão universitária no decorrer da história acadêmica brasileira. Oficialmente ela aparece como **função supletiva** no Decreto nº 19.851 de 11 de Abril de 1931, do Estatuto

das Universidades, tendo como ponto central a difusão de conhecimentos úteis a sociedade<sup>20</sup>, construindo-se a idéia de que "(...) a universidade deve exercer influência sobre a sociedade, elevando o nível de cultura do povo, e a extensão é o mecanismo através do qual isso se processará". (NOGUEIRA, 2005, p.18)

O movimento estudantil da década de 1960 nos serve de referência em relação as reivindicações acerca da intervenção social da universidade, influenciando o desenvolvimento de um tipo de "intervencionismo moderado", representado pela idéia de *multiversidade* teorizada por Clark Kerr (*apud* SOUSA, 1996) a partir de 1963. O conceito de *multiversidade* apóia-se na longa tradição das *land-grant universities*, traduzindo-se em uma universidade funcionalizada, abarcando serviços públicos arraigados às solicitações das diversas agências financiadoras, estatais ou não.

No Brasil, especificamente no período de 1960/64, o movimento estudantil articulado pela União Nacional dos Estudantes – UNE realizou um amplo processo de atividade extensionista, com a peculiaridade de não manter vínculos diretos e oficiais com a academia. Esse tipo de extensão objetivou ampliar a troca de experiências entre as diversas áreas do conhecimento e a sociedade. A UNE chega a desenvolver propostas direcionadas à Reforma Universitária, a exemplo do que aparece em documentos como a *Declaração da Bahia*,

(...) documento do I Seminário de Reforma Universitária, realizado em Salvador, em maio de 1961, no item que define as diretrizes para a reforma no Compromisso com as Classes Trabalhadoras e com o Povo, recomenda dentre outros aspectos: abrir a universidade para o povo, através da criação de cursos acessíveis a todos; utilizar os Diretórios Acadêmicos ou as próprias faculdades para a realização de cursos de alfabetização de adultos, de mestre-de-obras nas Escolas de Engenharia, para líderes sindicais nas Faculdades de Direito. Promove-los não só nos prédios das Escolas, como em favelas, circunvizinhanças de fábricas e bairros operários. (...) O documento recomenda que as medidas não tenham caráter paternalista, pois é necessário.

<sup>20</sup> Art. 42 (Parágrafo 1º) - A extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário, uns e outras organizadas pelos diversos institutos da Universidade com prévia autorização do Conselho Universitário.

sobretudo, despertar a consciência popular para os direitos". (NOGUEIRA, 2005, p.21)

A dissolução da UNE ocorre com o golpe militar de 1964, porém, o governo aproveita algumas idéias desenvolvidas pelo movimento estudantil, a exemplo da institucionalização da extensão universitária, realizando ainda a incorporação de uma atuação assistencialista agregada às questões de desenvolvimento e segurança nacionais (NOGUEIRA, 2005). Em 1965 é organizado o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), buscando desenvolver discussões que giram em torno da idéia de interligação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo esta última vista como “desdobramento natural da atividade didática”<sup>21</sup>.

Em 1968, com a instauração da Lei Básica de Reforma Universitária N°5.540, tem-se a elaboração da primeira política de extensão universitária no Brasil, mesmo esta lei fazendo apenas uma rápida referencia a extensão em seus Artigos 20 e 40<sup>22</sup>. O governo então trabalha no desenvolvimento do Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e no Projeto Randon. O CRUTAC assume uma postura desenvolvimentista, refletindo a ideologia do Estado militar e servindo-lhe como mecanismo que ajudou a desviar o olhar sobre os reais problemas do país, contribuindo ainda para uma visão de universidade como ponte de acesso ao mundo “civilizado”. O Projeto Randon, por outro lado, instituído pelo Decreto N° 62.927 de 23 de julho de 1968, incentivou a aproximação dos estudantes para com o governo, o qual pregava um modelo de educação ligado diretamente a segurança nacional. A princípio, o referido projeto recrutou os estudantes sem participação das instituições, o que posteriormente foi mudado

<sup>21</sup> Diretrizes da Extensão Universitária, Seminário realizado em Fortaleza em 1972.

<sup>22</sup> Art – 20 As universidades e as instituições de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhe são inerentes.  
Art – 40 a) As instituições de ensino superior, por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos seus corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento (NOGUEIRA, 2005).

com a criação dos Campi Avançados, os quais deram possibilidade de continuidade ao projeto, sendo implantados 22 campi em cinco anos de criação. O Randon é instinto em 1989, tendo seus Campi Avançados assumidos pelas universidades locais, as quais acabam com destituí-los de seu caráter extensionista, dando ênfase a formação (NOGUEIRA, 2005).

Até a criação e grande parte da execução dos projetos acima o Ministério da Educação e Cultura não tinha assumido uma responsabilidade direta sobre a extensão universitária. Nesse ínterim, divulga-se em 1975 o **Plano de Trabalho de Extensão Universitária**, trazendo a compreensão de extensão como:

A forma através da qual a Instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa. (NOGUEIRA, 2005, p.33)

A década de 1990 é o momento histórico de realização do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, o qual atua junto com o MEC na elaboração de 2 políticas de extensão universitária, o Programa de Fomento à Extensão Universitária – PROEXTE e o Plano Nacional de Extensão Universitária. A primeira versão do Plano é elaborada em 1998, tendo a versão definitiva só em dezembro de 1999. Alguns avanços já são percebidos dentro das metas do plano, dentre eles está a criação do Sistema Nacional de Informações de Extensão Universitária – SIEXBRASIL coordenada pela Rede Nacional de Extensão – RENEX.

Atualmente, a extensão praticada no Brasil segue as orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, tendo como foco atender às demandas da população mais desprovida. Dentro dessa perspectiva o conceito de extensão universitária que o Plano Nacional traz é o seguinte:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação

transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como conseqüências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC, 2001, p. 05)

No geral, a extensão é vista no Brasil como a Terceira força, juntamente com o ensino e a pesquisa respectivamente, podendo apresentar-se como difusora de cultura, prestadora de serviço ou interventora. Por outro lado, diversas críticas são levantadas quando da classificação da extensão universitária como a terceira força, função ou pilastra, tendo como objetivo central sanar o vazio presente na relação das outras funções com a população em geral. Mesmo diante da tentativa de indissociabilidade com a Lei 9.394/96 da Educação Nacional, fato também previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 207), a compreensão da Extensão Universitária enquanto função continuará colocando-a num lugar isolado dentro da estrutura universitária, desenvolvendo um contato diferenciado para com as “outras funções”. Nessa perspectiva, a extensão não contribuiria na promoção da democratização universitária, acabando por justificar,

(...) o lado elitista do ensino e da pesquisa ou eximindo quem realiza essas atividades da responsabilidade de vinculá-las às demandas sociais. Batomé chama atenção para uma questão relevante: ‘desde sua gênese, a extensão universitária parece ser uma compensação pelo ensino alienado e pela pesquisa descomprometida com a realidade social. (MICHELOTTO, 2005, p. 08)

A crítica acima vislumbra uma filosofia de ação em detrimento de um papel funcional, provavelmente buscando a construção de uma universidade totalmente voltada para o social, uma universidade toda “estendida” (ROCHA *apud* MICHELOTTO, 2005). Essa perspectiva amplia o papel da extensão como inerente a toda universidade,

considerando-se, inclusive, que a estrutura social também emite ações sobre ela. Em outras palavras, coloca-se no bojo das discussões o “dever” da universidade atender as demandas sociais como forma de um retorno, quase que obrigatório, dos investimentos realizados pela sociedade na academia, buscando, ainda, distanciar-se de um modelo de ação extensionista que seja sinônimo de assistencialismo.

A extensão é compreendida por outro lado, embora essa compreensão seja pouco operacionalizada, enquanto prática que objetiva interligar a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas sociais, possibilitando a formação acima de tudo do profissional cidadão. Dessa forma, de acordo com o Plano Nacional de Extensão Universitária, busca-se pensar e consolidar a prática da extensão a partir da constante busca do equilíbrio entre as demandas e as inovações que surgem do trabalho acadêmico (MEC, 2001). O referido plano reafirma a extensão universitária como processo acadêmico essencial na qualificação do professor, na formação do aluno e no intercâmbio com a sociedade, implicando em relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais, tendo dessa forma os seguintes princípios básicos:

- A ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;
- A universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado a ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, ela deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;
- A universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;

- A ação cidadã da universidade não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nela produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;
- A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;
- A atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

Em linhas gerais, poderíamos pensar a extensão universitária enquanto demanda que emerge atrelada a um anseio da própria universidade em “mostrar serviço” de um lado, e também, compreender a realidade social, por outro lado, através desse contato direto com a estrutura social. As demandas sociais, nesse contexto, ficariam, em sua maioria, atreladas a uma ação controlada por um pensar acadêmico hegemônico, o que ocorre na grande maioria dos casos.

### **3.1.1. Extensão Rural: a lógica da difusão tecnológica.**

A extensão universitária, como mostrado acima, tem suas origens também atreladas à algumas práticas de extensão rural, a qual, passa logo em seguida, para a categoria de modalidade ou tipo de extensão. Dessa forma, agregada à idéia de assessoria, a extensão rural surge nos EUA em 1914, influenciada diretamente pelo modelo de

serviço público voltado ao desenvolvimento da agricultura e do meio rural criado no Japão em 1893.

No Brasil, apesar da realização de algumas experiências já virem sendo feitas em 1948, a expressão Extensão Rural (ER) só passa a ser usada a partir de 1952, abrangendo atividades agronômicas e sociais realizadas pelos serviços públicos, tendo como foco a transferência de conhecimento e de tecnologia para o meio rural.

O modelo de ER instaurado no Brasil é claramente de influência norte-americana, enfocando a busca pela superação do “atraso” no campo, de acordo com a idéia vigente de desenvolvimento agregado à inovação tecnológica e à modernização, por meio de um processo educativo que alterasse a mentalidade do camponês, o que facilitaria a modernização da agricultura. No período de 1948 a 1960, a função do extensionista “(...) era ajudar as pessoas a aprender a pensar sobre os seus próprios problemas e as formas de resolvê-los ou ajudá-los a ajudar a si mesmos”. (SIDERSKY, 2002, p. 02)

A partir da década de 1960, a perspectiva da ER muda, a produção e a produtividade entram em jogo como caminhos únicos no melhoramento das condições de vida da população rural. Com o Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-78), a ER passa a fazer parte de uma política pública, mantendo-se o caráter educativo principalmente no sentido de motivar a adoção de práticas modernizantes dentro da chamada “*pedagogia tecnicista*” (CAPORAL *apud* SIDERSKY, 2002), posteriormente batizada de Transferência de Tecnologia (TdT), refletindo, enfim, um modelo estabelecido e oficializado de ER,

“(...) centrado na transferência de informações, práticas e idéias geradas fora das comunidades, as quais eram difundidas por meio de métodos de comunicação e ensino caracterizados pelo formato de ‘cima para baixo’ e que foram estudados para vencerem as barreiras psicológicas e sociais dos indivíduos que tomam decisões” (SIDERSKY, 2002, p. 04).

A chamada **Revolução Verde** pode ser caracterizada, nesse contexto, como um movimento amplamente influenciado por esse modelo de ER, a qual incita, posteriormente, críticas consistentes a respeito de sua eficácia principalmente em relação a transferência de técnicas e conhecimentos que desvalorizam o local e ignoram o debate em torno do impacto ambiental proveniente de suas práticas. A partir da década de 1970 essas críticas ao modelo de TdT vem produzindo a busca por alternativas, a exemplo das discussões trazidas pelo Ecodesenvolvimento e posteriormente pelo Desenvolvimento Sustentável que consideram a importância dos atores locais, suas ações e suas tradições.

No caminho dessas discussões, surgem novos enfoques a partir das décadas de 1980 e 1990, a exemplo das abordagens nomeadas de *Agricultor Primeiro e Último* e de *Campesinato e Campesino*<sup>23</sup>, o que produziu, por um lado, um perfil de extensionista baseado no desenvolvimento de múltiplos papéis e, por outro, um perfil de agricultor como agente do desenvolvimento e da difusão de inovações, agregado ao fortalecimento das organizações sociais, o estímulo a liderança e a capacitação para a transformação (Sidersky, 2002). Entretanto, mesmo essas abordagens trazendo à tona novamente a questão da equidade social que esteve presente, pelo menos em parte, nos primórdios da ER, não conseguem influenciar no Brasil os diversos órgãos de extensão rural, a exemplo da EMATER.

### **3.2 O PEASA como programa de extensão: da constituição a proposta de intervenção.**

O PEASA é um programa de extensão universitária que direciona suas atividades para o meio rural, especificamente o semi-árido paraibano, mantendo uma

---

<sup>23</sup> Movimento similar ao chamado “Extensão liderada pelos agricultores” (*Farmer-Led Extension*) (SIDERSKY, 2002).

ligação direta com a extensão rural e os diversos órgãos que a representam no Brasil. Porém, mesmo mantendo uma tradição metodológica baseada na TdT, volta-se também as questões que vão além da agropecuária, como a prestação de serviço. A extensão universitária desenvolvida pelo PEASA é de cunho intervencionista, a qual busca mudar a realidade social através da promoção do desenvolvimento local.

A compreensão do PEASA enquanto programa de extensão passa diretamente pelos antecedentes acadêmicos que lhe servem de base. Em 1984 a UFPB passou a fazer parte do grupo de universidades que compuseram o Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para o Nordeste (PDCT/NE), conveniado ao CNPq e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)<sup>24</sup> durante 10 anos (1984/1994), sendo composto por dois sub-programas – **Pesquisa** (desenvolvimento de pesquisas relativas ao Semi-Árido) e **Extensão** (GAT - Geração e Adaptação de Tecnologias para produtores de baixa renda). O referido programa objetivou aumentar em qualidade e quantidade as pesquisas científicas e tecnológicas realizadas pelas universidades nordestinas, tendo como foco o semi-árido, desenvolvendo, para tanto, tecnologias adaptadas e apropriadas ao combate aos efeitos da seca.

O programa criou toda uma base de dados por meio do desenvolvimento de 40 projetos de pesquisa através do Sub-Programa de Pesquisa, contemplando as áreas de Agricultura de Sequeiro, Recursos Hídricos, Plantas Xerófilas, Produção Animal, Recursos Pesqueiros, Solos, Energia não Convencional, Agroindústria, Educação Rural, Estudos Sócio-Econômicos e Produção Vegetal. Apoiou e financiou também, com recursos do convênio, bolsas de estágio, graduação e pós-graduação, possibilitando também o investimento em obras, equipamentos e veículos na ordem de dois milhões de dólares (SUEP, 1991).

---

<sup>24</sup> Informativo SUEP/UFPB, n° 08, janeiro de 1991.

O GAT a partir do Sub-Programa Extensão, constituiu a etapa de difusão controlada dos resultados de pesquisa, coordenando a instalação de quatro núcleos na Paraíba (Boqueirão, Pombal, Sousa e Picuí). Cada um desses núcleos atendeu a cinco propriedades, as quais serviram de modelos a partir da implantação de *módulos de exploração agropecuária* (caprinocultura, ovinocultura, apicultura, avicultura, suinocultura, agricultura de sequeiro, reflorestamento, irrigação e forragicultura).

Seguindo a marcha discursiva da década de 1980 (“combate à seca”), o PDCT direcionou sua intervenção para questões de transferência de tecnologias adaptadas, analisando sob problemas técnicos todas as questões sociais que envolvem a realidade do semi-árido. Em 1989 o programa realiza uma avaliação do GAT (Quadro III) incluindo os núcleos da Paraíba (Quadro IV, página seguinte) executados pela Sub-Unidade de Execução de Programa (SUEP), o que nos dá uma visão geral dos temas trabalhados e do enfoque dado a questão do desenvolvimento regional.

**QUADRO III – Desempenho técnico do PDCT por módulo e por universidade**

SUEP'S MÓDULOS	FUFPI	UFC	ESAM	UFPB	UFRPE	TOTAL
Irrigação	40	79	75	100	83	75
Sequeiro	85	84	75	100	87	86
Caprinocultura	57	67	42	92	73	68
Ovinocultura	100	74	100	92	-	92
Apicultura	100	73	44	-	83	78
Psicultura	-	80	-	100	100	90
Reflorestamento	100	100	100	37	37	87
Biogás	-	80	-	100	100	90
Avicultura	-	-	0	33	33	32
Suinocultura	-	-	-	40	40	70
Forragicultura	-	-	-	-	-	80
<b>TOTAL</b>	<b>80</b>	<b>80</b>	<b>62</b>	<b>92</b>	<b>71</b>	<b>77</b>

Fonte: SUEP/UFPB

QUADRO IV – Situação dos módulos do sub-programa GAT/Paraíba

Núcleos	Municípios	Módulo
Souza	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Souza</li> <li>▪ Cajazeiras</li> <li>▪ Nazarezinho</li> </ul>	Caprinocultura; Irrigação; Forragicultura; Sequeiro; Apicultura; Ovinocultura; Avicultura.
Boqueirão	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Boqueirão</li> <li>▪ Cabaceiras</li> </ul>	Sequeiro; Irrigação; Caprinocultura; Suinocultura; Caprinocultura; Reflorestamento; Ovinocultura.
Pombal	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pombal</li> <li>▪ Catolé do Rocha</li> <li>▪ Paulista</li> <li>▪ Condado</li> </ul>	Irrigação; Sequeiro; Ovinocultura; Avicultura; Reflorestamento; Apicultura.
Picuí	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Picuí</li> <li>▪ Frei Martinho</li> <li>▪ Nova Palmeira</li> <li>▪ Barra de Santa Rosa</li> </ul>	Irrigação; Sequeiro; Ovinocultura; Avicultura; Reflorestamento; Apicultura; Caprinocultura; Forragicultura.

Fonte: SUEP/UFCC

Muitas críticas foram feitas a partir do alto custo agregado ao pequeno número de propriedades atendidas pelo GAT e o alto investimento em pesquisas, fato rechaçado pela equipe responsável e expresso em um ofício encaminhado pelo então gerente da SUEP, Hamilton Medeiros de Azevedo:

“(...) esta é uma visão estreita dos benefícios do GAT, de uma vez que não considera aspectos importantes como”:

- Os resultados obtidos através da monitoração e que servirão de base para novas ações governamentais;
- Municiamento dos órgãos de extensão com os resultados técnicos, econômicos e sociais para divulgação ampla junto aos agricultores;
- Treinamento de agricultores em serviço;
- Divulgação de Tecnologias junto às comunidades rurais através de dias de campo, palestras, apresentação de vídeos e reuniões técnicas;
- Estágio para estudantes de graduação e nível médio;
- Envolvimento de grupos de jovens das comunidades rurais, em torno das técnicas alternativas para o desenvolvimento local;
- Utilização das propriedades para visitas técnicas de professores e alunos do 1º e 2º graus das escolas rurais.

Some-se a tudo isso, o fato do Sub-Programa está possibilitando às universidades nordestinas conviverem e atuarem técnico-cientificamente junto ao pequeno produtor rural do Semi-Árido, região onde o subdesenvolvimento, a fome, a desnutrição, o analfabetismo e a baixa condição de vida, ocupam índices alarmantes e vergonhosos para a 8ª economia do mundo”. (OF/SUEP/UFPB/No. 027/91, Campina Grande, 04 de Julho de 1991)

A tentativa de justificar as críticas sobre os altos investimentos monetários do GAT, realizada pelo gerente da SUEP, passa a imagem de um processo, no qual, os frutos

externos parecem mais importantes que àqueles colhidos internamente pelos maiores interessados, os agricultores.

Ao se finalizar os recursos do CNPq e do BID as universidades envolvidas com o PDCT/NE (UFPB, UFPE, a Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM e a UFCE que na época ainda possuía status de Fundação) mantiveram os núcleos de ação formados pelo PDCT, as SUEP's. No caso da UFPB, a SUEP possuía na época um orçamento maior do que o da própria universidade, investindo consideravelmente nos campi do interior. Em 1994, com o reitorado de Neroaldo Pontes Azevedo e fim definitivo do PDCT/NE, a SUEP foi ameaçada de fechamento e seus bens de serem distribuídos com os diversos grupos interessados dentro da universidade. Em oposição a tal decisão, aí destaca-se a figura do professor doutor Hamilton Medeiros de Azevedo, o último coordenador do Programa, partindo-se para um longo diálogo levantando-se as contribuições já realizadas e as que porventura ainda poderiam se realizar.

A partir desse amplo processo de discussão decide-se manter uma linha de pesquisa e extensão tecnológica voltada pra o semi-árido, substituindo-se o PDCT e não deixando sem resposta o convênio BID/CNPq. O Programa de Estudos e Ações para o Semi-Árido surge em 1994 com essa missão, dando continuidade a proposta, mas, por outro lado, assumindo uma perspectiva metodológica um pouco diferente.

(...) o PDCT focou o programa na pesquisa e pesquisa é muito caro, então foi muito recurso, eram grupos diversos de pesquisa na universidade, então, até pra gerir um programa desse era muito complexo porque você avaliar esses 40 projetos distribuídos de Areia até Cajazeiras (...) Campina Grande tinha um maior número de projetos, mas cada projeto desses tinha uma atuação no semi-árido em ações localizadas (Cariri, Serião, Curimataú) tinha projeto em todo canto, tinha um pessoal de Areia, tinha um pessoal de João Pessoa, eram 40 projetos, Campina Grande tivesse talvez 20 projetos e o outros 20 distribuídos em outros cantos, nos outros campi da universidade. E aí o PEASA surgiu sem nenhum recurso, com um orçamento mínimo da universidade, que na época o orçamento inicial que o professor Neroaldo liberou pra gente foi uma coisa minúscula e a gente teve que buscar novos projetos, novas parcerias, então a gente chegou a conclusão o seguinte: que apoiar novos projetos de pesquisa na versão anterior era inviável, era impossível (...) Então no bojo do PEASA a gente viu a importância da sociologia, a importância de uma gestão voltada para a extensão tecnológica junto às comunidades rurais e um programa que

não envolvesse só a parte de tecnologia mas que envolvesse toda parte sócio, econômica, cultural, saúde, educação, então a gente tentou criar pequenos núcleos de apoio ao PEASA nesse sentido. O programa começou muito bonito (...) porque tinha representatividade dos diversos campi da universidade, nós fazíamos reuniões plenárias do programa (...) só que isso começou a custar muito caro e a universidade começou a entrar em crise e a gente não conseguia mais fazer essas reuniões porque eram 15...14 representantes que se deslocavam dos centros para a uma determinada cidade e isso tinha um custo muito alto de diária e o PEASA começou a não conseguir mais bancar isso, os centros também não tinham nem recursos para combustível, toda aquela fase crítica que a universidade passou sem recurso (...) ao final de 97 um projeto pré aprovado pelo CNPq, que foi exatamente o projeto das unidades de produção agroindustrial, faltava somente eles atrelarem esse projeto ao um grande programa do governo do estado, chamado Programa Paraibano de Tecnologias Apropriadas (PPTA), porque o CNPq achou prudente não liberar esse projeto pra gente isoladamente e sim atrelar ou vincular nosso projeto a esse programa PPTA, o que foi muito ruim porque a gente ficou atrelado a uma coordenação em João Pessoa e isso causou muitos problemas pra gente. (Coordenador geral do PEASA, entrevista concedida em 04 de Abril de 2006)

O PEASA tem, portanto, como objetivo geral realizar estudos e intervenções relacionados às atividades de ensino, pesquisa e extensão ligadas à temática do semi-árido paraibano. Em outras palavras, visa “(...) contribuir para o desenvolvimento do semi-árido através dos meios e competências inerentes à universidade (...) a produção e a difusão de conhecimentos apropriados à região que possam ter sobre esta, efeitos dinamizadores” (ARAÚJO, 1996, p.169).

Os objetivos de constituição do PEASA, em âmbito geral, centram-se nos seguintes pontos:

1. Inserir a UFCG<sup>25</sup> e demais organismos de pesquisa na realidade das comunidades do semi-árido, facilitando o cumprimento de seu papel como agente de desenvolvimento;
2. Promover o desenvolvimento sustentável (economicamente viável, ecologicamente equilibrado e socialmente justo) da sociedade do semi-árido; e
3. Desenvolver a capacidade de produção dos meios de sobrevivência, aumentando a competitividade da produção (ARAÚJO, 1996).

<sup>25</sup> A partir de 2002, com o desmembramento da Universidade Federal da Paraíba, os campi de Campina Grande, Patos, Souza e Cajazeiras passam a constituir a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), sigla que passaremos a utilizar a partir de agora.

Outras possibilidades de abrangência apontadas pelo programa pretendem direcionar suas ações nas seguintes perspectivas: *socialização e difusão de conhecimentos tanto na universidade como na sociedade local; produção de novos conhecimentos a partir da fusão entre saber popular e científico; melhoria das condições de vida da população do semi-árido a partir de uma atuação junto à tecnologia produtiva e organizacional; e diminuição da vulnerabilidade da dependência extrema do sistema produtivo local viabilizando uma desconcentração da riqueza e da renda* (PEASA, 2004).

Os projetos desenvolvidos pelo PEASA direcionam-se à zona rural do Semi-Árido paraibano, com a qual busca-se articular conceitos importantes na compreensão do referencial teórico-metodológico do programa. Além de uma ênfase na multidisciplinaridade, o PEASA pretende em suas ações construir processos que almejem o desenvolvimento local e sustentável do semi-árido paraibano, para tanto, afirma focar na integração de setores que julga importantes na construção de sua proposta, são eles:

- Informação Tecnológica, Sensoriamento Remoto e Meteorologia;
- Manejo, Conservação dos Solos e Máquinas/Implementos Agrícolas;
- Meio-Ambiente, Preservação, Conservação, Produção e Manejo Florestal;
- Educação, Saúde, História e Artes;
- Sociologia e Assessoria Jurídica Rural;
- Segurança Alimentar e Processamento Agroindustrial de Alimentos;
- Recursos Hídricos, Irrigação, Saneamento e Abastecimento;
- Recursos Minerais e Energia Alternativa;
- Produção, Manejo e Saúde Animal;

- Economia, Transporte, Distribuição e Comercialização (Marketing e Design);
- Armazenamento e Construções Rurais.

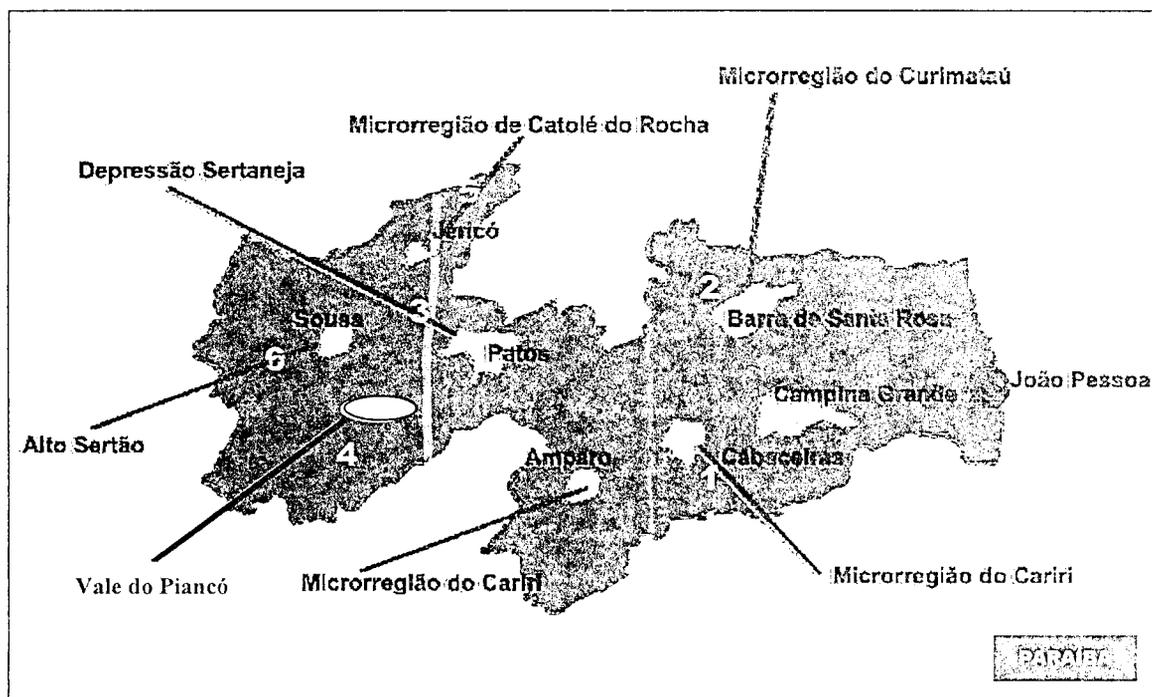
Metodologicamente em seu projeto inicial, o programa propôs uma atuação em seis áreas representativas de regiões fisiográficas de clima semi-árido, denominadas de **Unidades Geoambientais de Estudos e Ações (UGEA's)**. Em outras palavras, essas unidades geoambientais são representadas diretamente pelas bacias hidrográficas<sup>26</sup> dessas regiões, nas quais imperaria a difusão de tecnologias apropriadas e de processos organizacionais a partir da identificação do seu potencial produtivo, demografia e infraestrutura de produção e de apoio. A longo e médio prazo, o programa visualizou transformar as UGEA's em pólos de desenvolvimento ou agropólos. As UGEA's são divididas da seguinte forma (Figura III, página seguinte) :

1. CARIRI – Bacia do Rio Sucuru;
2. CURIMATAÚ – Bacia do Rio Guandu;
3. DEPRESSÃO SERTANEJA – Bacia do Riacho de Santa Gertrudes;
4. VALE DO PIANCÓ – Bacia do Rio Santana;
5. CATOLÉ DO ROCHA - Bacia do Rio Jericó; e
6. ALTO SERTÃO – Bacia do Riacho Santo Antônio ou Jangada.

---

<sup>26</sup> A compreensão e justificativa do uso do conceito de *Bacias Hidrográficas* partem do pressuposto de que são, do ponto de vista hidrológico, territórios que apresentam uma rede de drenagem comum delimitados pelos diversos divisores de águas superficiais e subterrâneas e, do ponto de vista sócio-político, são formadas por municípios ou estados. Aqui, nenhum aspecto histórico-cultural é considerado (ARAÚJO, 1996).

FIGURA III– Quadro demonstrativo da distribuição das UGEA's.



Fonte: PEASA

Nas áreas abrangidas pelas UGEA's a proposta de intervenção baseava-se num planejamento ambiental integrado, no qual, o programa serviria de ponte entre o Estado e a sociedade nas Vertentes Institucional e Comunitária, buscando um trabalho conjunto via “(...) *solução unitária e consensual dos problemas sócio-econômicos, tecnológicos e ambientais prioritariamente levantados*”. (PEASA, 2004)

Atualmente, dessas seis áreas, apenas três encontram-se com projetos funcionando: Curimataú, Cariri e Catolé do Rocha. No Curimataú encontra-se em desenvolvimento a Unidade de Produção Agroindustrial da Comunidade Cuiuiú, Barra de Santa Rosa, que atua no beneficiamento da corda de sisal para produção de artesanato; no Cariri tem-se a unidade de Amparo que atua com o processamento e beneficiamento de leite; e, em Catolé do Rocha, encontra-se a unidade de Jericó que desenvolve o processamento de pescado e produção de artesanato com pele de peixe.

O PEASA conta com uma pequena equipe permanente (3 profissionais de nível superior, sendo 2 da área de engenharia e 1 da área de informática, e um grupo 5 profissionais de nível médio responsáveis pelo operacional) e um grupo de profissionais que atuam por meio de projetos ou voluntariamente por tempo determinado (2 consultores na área de tecnologia de alimentos e 1 engenheiro civil). Oficialmente, o programa por encontra-se ligado a Pró-reitoria de Pesquisa e Extensão - PROPEX da UFCG, tendo sua atividade extensionista voltada ao desenvolvimento local sustentado, focando em atividades baseadas no *agribusiness* seja em nível de intervenção ou consultoria.

De acordo com o Relatório de Atividades 2005 (Anexo) o PEASA tem participado de uma série de outros projetos, desenvolvendo ações de consultoria e prestação de serviços não diretamente atrelados à perspectiva das UGEAS, são eles:

- **Projeto Rede Paraibana de Incubadoras** (PaqTcPB, SEBRAE/PB, FINEP e CNPq): atividades voltadas a elaboração da plano de negócios e do modelo de gestão de incubadora, capacitações, extensão tecnológica em empreendedorismo agroindustrial, elaboração de estratégia de marketing compartilhado, dentre outras;
- **Projeto Peixe Vivo** (PactcPB, PMCG e SEAP/PR): criação da marca *Peixe Vivo* e elaboração do Manual de Identidade Visual, elaboração de projetos de arquitetura e engenharia do entreposto de comercialização no atacado e na unidade de comercialização etc;
- **Projeto de Exposição “Viver e Compreender o Semi-Árido”** (PMCG, PaqTcPB; CEDAC, SEBRAE/PB, Unicampo, FIEP, VITAE e CNPq): Pré-lançamento da Exposição de painéis, artefatos e artesanato; lançamento do livro “Plantas, Prosa e Poesia do Semi-Árido”, Exposição virtual (CD-ROM e DVD) e implantação do Cactáreo no Museu Vivo da Ciência e Tecnologia;

- **Extensão tecnológica para a Incubadora do Agronegócio de Apicultura de Mossoró – RN** (SEBRAE/RN, ESAN, Fundação Guimarães Duque, PaqTc e IGRAM): elaboração do plano de negócios e do modelo de gestão da incubadora, concepção de produtos derivados da Apicultura (marcas, rótulos, e embalagens) e capacitações diversas;
- **Extensão tecnológica para a Central de Produção e Comercialização de Castanha de Caju da Serra do Mel (RN) – COPECAJU** (SEBRAE/RN, PaqTcPB e COPECAJU): Elaboração do plano de negócio, modelo de gestão, manual de identidade visual etc;
- **Projeto PCHS – Sistema Integrado de Produção de Peixe, Camarão, Halófito e Sal na comunidade de Poleiros, Barra de Santa Rosa** (PactcPB, Prefeitura de Barra de Santa Rosa, Comunidade de Poleiros e SEAP/PR): Projeto de reestruturação, construção e ampliação do número de tanques escavados de engorda de camarões e peixes, reforma da unidade de apoio ao projeto, reconstrução da casa de máquinas e re-equipamento do Sistema de produção através de Fontes Alternativas de Energia (Eólica e solar);
- **Capacitação de comunidades rurais para criação de peixe em tanques-rede** (PaqTcPB, Prefeituras, Comunidades rurais e SEAP/PR: capacitação e implantação da produção de peixes em tanques-rede nas comunidades rurais dos municípios de Jericó, Cajazeiras, Souza, Patos, Coremas e Condado; capacitação para implementação posterior em comunidades de Boqueirão, Barra de Santa Rosa e Araçagi;
- **Projeto de desenvolvimento do sistema de informação para Apoio à Gestão de Arranjos Produtivos Locais** (PaqTcPB, EMBRAPA Algodão, Governos da Paraíba (SAIA/EMATER) e da Bahia (SAA/EBDA), SEBRAE/PB e ADENE/MIN): Capacitação de Atores Produtivos e institucionais e implantação do Portal de

Informação e Rede Digital de Negócios BALCOM para o APL do Algodão Colorido (para região do Sertão polarizada por Patos – PB), capacitação e implementação do portal de informações e rede digital de negócios BALCOM para a APL da Mamona (região polarizada por Irecê – BA).

Os projetos acima têm colocado o programa como agente externo, atuando inclusive em outros estados como o Rio Grande do Norte, propagador desse tipo de *agribusiness* que tem na ação coletiva sua base. A grande diferença desse tipo de atuação consultiva é que o programa atua apenas na elaboração e implementação dos projetos, não atingindo a fase de gerenciamento, o que torna difícil uma avaliação na medida em que não se desenvolve um acompanhamento junto às localidades.

No capítulo seguinte iremos analisar mais especificamente o modelo de intervenção do PEASA definido como empreendedorismo comunitário, apresentando sua base teórica, sua metodologia e suas limitações diante do contexto social. Esse modelo tem sido aplicado as UGEA's em funcionamento, como citado acima, e influenciado diretamente os projetos de consultoria e prestação de serviços realizados pelo programa.